

Local: salão nobre do edifício sede do município de Armamar -----

Data: 05 de dezembro de 2022 -----

Abertura da reunião: catorze horas e quarenta e cinco minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da Assembleia Municipal de Armamar, Rui Manuel Tavares Dionísio deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo José António Fernandes Guedes desempenhado as funções de primeiro secretário e, Lisete Mendes Osório, segunda-secretária. -----

O presidente da Assembleia Municipal comunicou a substituição, na presente sessão, de Luís Pereira, por Mariana Alvim, de Manuel Paiva, por António Lareiro e do presidente de junta de freguesia de Santa Cruz, Bruno Silva, pela secretária Rute Jesus e comunicou a ausência dos presidentes de junta de freguesia de Fontelo, Luís Rodrigues e da união das freguesias de São Romão e Santiago, Dinis Branquinho. -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal cumprimentou os presentes e todos os que acompanham esta sessão online e deixou um cumprimento especial à professora Maria do Carmo, que fez parte da anterior Mesa da Assembleia Municipal e se encontra, hoje, a assistir a esta sessão. -----

Informou que, para além do sistema *streaming* instalado neste salão, que permite transmitir e publicitar as sessões da assembleia municipal, foram instalados uma tela e um projetor que permitirão uma melhor apresentação e visualização dos assuntos que necessitem ser apresentados dessa forma. Agradeceu à Câmara Municipal o apoio e colaboração na colocação deste dispositivo. Partilhou alguma informação e correspondência que chegou à Mesa, no período desde a última sessão até ao presente, assim como o resumo das reuniões ou atos em que participou. Nessa perspetiva informou que no dia 2 de novembro esteve presente na reunião do Conselho Municipal de Educação onde foram apresentados e abordados os temas relativos à Carta

Educativa, concretamente que metodologia efetuar para a sua execução, tendo em conta a caracterização, perfil e avaliação diagnóstica, caracterização dos equipamentos educativos e o plano estratégico, devendo a mesma estar concluída, em cerca de oito meses. Um outro assunto analisado foi o Regimento do Conselho Municipal de Educação. Partilhou que, nessa reunião, propôs ao Agrupamento de Escolas de Armamar a realização de Assembleia Municipal Jovem tendo dado já conhecimento aos membros dos grupos municipais presentes na reunião de conferência de representantes. Nesse sentido, reuniu, juntamente com o primeiro secretário da Mesa, com o diretor e o subdiretor do Agrupamento de Escolas em 14 de novembro, do presente ano. Pretende-se que esta Assembleia Municipal Jovem de Armamar constitua uma iniciativa da assembleia em colaboração com a Câmara Municipal, com todos os presentes e o Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira, destinada a jovens e alunos que estudem no concelho de Armamar. Com este propósito, pretende-se motivar e desenvolver, nos jovens, competências para o exercício de uma cidadania ativa e responsável, valorizando a sua participação informada na defesa dos seus direitos e na assunção dos seus deveres de cidadãos. Sensibilizar os jovens para as questões do poder local, designadamente, no âmbito das suas atribuições e competências da administração local e do funcionamento dos respetivos órgãos e proporcionar-lhes a experiência de participação em processos eleitorais e discussão democrática. Obviamente que foi o início de uma sessão de trabalho e posteriormente se dará mais informação sobre o andamento deste processo. Em 25 de novembro, reuniu a comissão de conferência de representantes dos grupos municipais em que foi debatida a questão da ata da primeira reunião, a proposta da constituição da comissão de alteração ao regimento, de acordo com o n.º 3 do artigo 77.º do regimento da AMA, que hoje no período da ordem do dia será votado pelo plenário. A preparação da próxima sessão municipal de Armamar também foi tida em conta e outros assuntos. Nesta reunião estiveram presentes, além dos secretários da

Mesa, como representantes dos grupos municipais, pelo PPD/PSD.CDS-PP, Márcio Morais, pelo PNT, Rui Fernandes, pela CDU, António Lareiro e o grupo de cidadãos eleitores Unir Armamar não pode estar presente. Testemunhou que estão no bom caminho e além de se cumprir com o estipulado no Regimento da AMA, pretende-se constituir um meio de dinamização e de partilha entre todos os grupos municipais em que a diversidade de opinião deve ser valorizada e, certamente, irá enriquecer a assembleia. Em 27 de novembro, esteve presente na reunião do Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul, relativa à questão dos Centros de Saúde em que foi abordada a contextualização do Agrupamento do ACES Douro Sul e apresentada uma breve caracterização de todos os Centros de Saúde que o compõem e, nomeadamente, a realidade do Centro de Saúde de Armamar, tendo sido apresentado um questionário de avaliação de satisfação dos utentes e, no aposto geral, os utentes estão satisfeitos. Outro ponto de abordagem foi a formação de comissão de utentes nas unidades funcionais que ainda não existem mas que poderão vir a ser constituídas e que pretendem que seja constituída por unidade funcional e não por Centro de Saúde. A este propósito, fez uma interpelação, nessa reunião, porque em sua opinião deveria ser por Centro de Saúde e não por unidade funcional. Como todos sabem, o Centro de Saúde de Armamar, é composto por duas unidades funcionais, uma UCSP e uma UCC o que pode dificultar esta formação da comissão de utentes. Um outro ponto abordado foi sobre os balcões do SNS. Disse que também questionou relativamente às condições e estruturas degradadas do Centro de Saúde de Armamar e sobre o novo Centro de Saúde, onde foi dito que a situação era prioritária e que iria ser resolvida. Outra questão que colocou, por se estar a aproximar uma época difícil na área da saúde, com a chegada do inverno, relativa ao aumento de doenças relacionadas com a parte respiratória e foi dito que todo o processo está a ser monitorizado para que seja possível mais apoio através do próprio Centro de Saúde, em consultas abertas. A este propósito, o ACES



ficou de enviar a apresentação e, posteriormente, será dado conhecimento a todos os membros da Assembleia, de modo a terem um conhecimento mais profundo do que foi analisado. Sensibilizou, mais uma vez, para a consulta do site da Fundação para os Estudos de Formação nas Autarquias Locais e do Centro de Valorização dos Eleitos Locais. Reforçou que existe na área reservada do sítio do município na internet, toda a documentação de suporte às sessões do órgão deliberativo, pretendendo dessa forma dar um contributo para a redução da pegada ecológica que é dever de todos enquanto cidadãos ativos na comunidade. Foi, também, dado conhecimento, a todos os membros da assembleia que foi aprovado pela Câmara Municipal o início do procedimento com vista à revisão e atualização do regulamento municipal de serviços de abastecimento de água, saneamento e águas residuais e regulamento municipal de gestão de resíduos urbanos no município de Armamar, podendo os interessados constituir-se como tal. Disse que recebeu, por parte do senhor diretor do Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira, um postal relativo à comemoração do mês de outubro, como mês das bibliotecas escolares, assim como todos os membros da assembleia em que a equipa da biblioteca escolar acrescentou mês dos sorrisos. Tem uma mensagem escrita e desenhada em postal. Agradeceu e felicitou o Agrupamento de Escolas por esta iniciativa. No dia 24 de novembro rececionou-se uma proposta “Moção” da CDU a fim de ser agendada na ordem do dia da próxima reunião tendo sido a mesma enviada para todos os membros e será, hoje, apreciada e votada. Em 29 de novembro, foi rececionado um documento da assembleia de freguesia da união das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião com o assunto “voto de protesto”, a solicitar que o teor do referido voto seja dado a conhecer a todos os membros da assembleia municipal, bem como a todos os presentes. Depois de lido o documento, passou a constituir o anexo I à ata. Após a leitura desta correspondência informou que desde a última sessão esteve em representação da assembleia em diversos eventos e reuniões, nomeadamente, na

festa em honra de São Miguel, a convite, em 2 de outubro; na Feira da Maçã, que decorreu de 14 a 16 de outubro e na apresentação pública do Plano Local para a promoção dos direitos das crianças e jovens de Armamar, que decorreu no passado dia 20. Mais informou que a pedido do grupo municipal do PCP chegou-lhe, hoje, um relatório que julga ter sido distribuído pelos membros da assembleia. -----

Exposição e tratamento de assuntos gerais de interesse para o município. ----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

António Lareiro cumprimentou os presentes e começou a sua intervenção dizendo que, devido às condições naturais, o concelho de Armamar, entre outras das suas potencialidades, tem uma grande e rica diversidade agrícola. Destas, destaca duas culturas das mais importantes para a economia do concelho, a do vinho e da maçã. A produção da maçã, que se promoveu nas últimas décadas, tornou-se um grande fator de desenvolvimento no concelho, com grande impacto económico e social. Produzem-se, anualmente, cerca de 75.000 toneladas de maçã, no concelho, um quarto da produção nacional. A sua produção é tão importante que, hoje, Armamar é conhecida como a “Capital da Maçã de Montanha”. A outra cultura, da vinha, existe, maioritariamente, na região do Douro, há vinte anos, classificada, pela Unesco, como Alto Douro Vinhateiro, Património da Humanidade. Esta região, construída e desenvolvida de esforços gigantescos de tantos homens e mulheres, que ao longo de séculos, lutando com as adversidades da natureza, a moldaram, acabando por criar a maior obra humana que se admira, em Portugal. É nesta realidade que o nosso povo se revê. Beirão, mas acima de tudo duriense devido à sua história por grande parte do concelho estar na região do Douro. Não será por acaso que o brasão do concelho, desde fevereiro de 1935, tendo como referência os atributos e características singulares de Armamar, tem cinco cachos de uvas, a predominância da cor verde, elementos que aglutinam os conceitos e motivos das suas gentes e as riquezas do concelho, tais como a paisagem e o Douro. Em 2021,

foi lançado o programa das Aldeias Vinhateiras do Douro, tendo como objetivo principal a criação de uma dinâmica de regeneração e valorização socio económica da fixação da população e do reforço da promoção turística. Para manter a harmonia entre os edifícios e arquiteturas populares, foram recuperados edifícios e casas devolutas. Para Armamar, este programa foi mais uma oportunidade perdida. Ao longo destes anos, os sucessivos executivos da Câmara Municipal, não têm dado a devida atenção à região do Douro, não aproveitando as suas potencialidades. O concelho não tem nenhuma aldeia na rota das Aldeias Vinhateiras mas existem, ainda, esgotos a céu aberto, estradas em mau estado, algumas interditas a veículos pesados por falta de segurança. Dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara Municipal disse que foram colocadas, nas entradas do concelho, esculturas alusivas a Armamar Capital da Maçã. Pensa que nas freguesias da região do Douro esta iniciativa não foi bem aceite, como se acabou de verificar. Dado os condicionamentos históricos, deveriam ter colocado, além da maçã, o cacho da uva, como já fizeram em vários monumentos construídos no concelho. Perguntou se não houve alguém do executivo que alertasse para as possíveis reações negativas que isso poderia causar. -----

Luís Silva cumprimentou os presentes e começou por fazer algumas questões ao senhor presidente da Câmara Municipal e a primeira é para saber o ponto de situação do processo, que deu início, de extinção da PPP. Relativamente aos denominados elementos escultóricos, recentemente, colocados nas entradas do concelho, que para si de elementos escultóricos pouco têm, são mais marcos publicitários e elementos informativos, referiu que o grupo municipal do PNT considera que estes equipamentos são de construção e instalação, bastante, infeliz. Isto porque, desde logo, a sua escassa dimensão e, sobretudo, o pequeníssimo tamanho dos dizeres e inscrições impossibilitam a sua leitura e interpretação, principalmente, a quem se desloca de automóvel. Depois, porque a forma como está colocado o elemento metálico superior, sobre a maçã em

granito, esconde parte da escultura, desvirtualizando a imagem. A sua colocação junto ao solo em nada favorece a sua interpretação e visibilidade, situação que se agravará, com o crescimento contínuo de ervas e arbustos. Consideram discutível que todo o concelho se identifique com a maçã, por isso, mostram-se solidários com a posição da união de freguesias de Vila Seca e Santo Adrião e também do senhor António Lareiro. A outra questão diz respeito à sinalização das principais vias rodoviárias do concelho. Considerando, que, ainda, não existe uma data prevista para a intervenção nas vias rodoviárias, julga que seria importante dar especial atenção à sinalização e, nesse sentido, mais uma vez, solicitam um esforço, por parte da Câmara Municipal, em prol da segurança e conforto dos cidadãos do concelho e de quem o visita, principalmente, nestas alturas de condições climáticas adversas, como nevoeiro, chuva, etc. Seria importante que dessem alguma prioridade à sinalização horizontal das vias rodoviárias. Por último, e relativamente à Feira da Maçã, disse que registam uma evolução positiva na organização do evento. Reconhecem que poderia ser melhor mas o futuro faz-se caminhando. O espaço onde foi realizada favorece a realização do evento mas a sua questão é no sentido de saber para quando, já que foi prometido noutras edições, a apresentação de um relatório de atividades e contas. -----

Sara Gouveia cumprimentou os presentes e dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara Municipal observou que a 31 de outubro, foi tornado público o encerramento da empresa Serra das Fragas, fabrico de queijo Lda., de Vila Nova, Santa Cruz. Um assunto que a toca, de maneira especial, enquanto cidadã natural dessa freguesia e, também, como presidente de junta de freguesia cessante, desse território. Conhecendo os contornos dos factos, ainda, a deixa mais apreensiva. O comunicado da administração da empresa é claro. A decisão não resulta de qualquer dificuldade económica ou de solvência mas, sim, pelo facto de a DGAV- Direção Geral de Alimentação e Veterinária, impedir a utilização da estação de tratamento de águas residuais que teve um custo de

quase meio milhão de euros, segundo fonte da administração e cuja construção e funcionamento foram licenciados pela Câmara Municipal de Armamar, pelo Ministério do Ambiente, sob a apreciação da mesma DGAV que renovou, entretanto, a autorização sanitária e que, à data, anunciava que a pretendia retirar. O mais incrível, é que, em 2010, a empresa Serra das Fragas era notificada de que teriam 90 dias para a construção de uma ETAR industrial e colocar o equipamento em funcionamento. Palavras da administração: – *“Hoje e meio milhão de euros depois, no que diz respeito, somente, ao custo da estação, num investimento global de dois milhões de euros vamos encerrar por não nos autorizarem a utilizar a instalação que nos obrigaram a construir e para a qual as entidades competentes emitiram as respetivas licenças de construção e funcionamento”*. Nesse sentido, supondo que as indústrias, como matadouros, charcutarias, queijarias não podem lançar no coletor municipal o afluente tratado na sua própria estação de tratamentos de água, perguntou se não é isso que acontece de uma forma generalizada. Perguntou, ainda, qual foi a posição do município durante este processo e se houve algum envolvimento no sentido de ajudar a ultrapassar estas consecutivas ações a que a empresa Serra das Fragas esteve sujeita, pois, é indiscutível a perda, para o concelho, com o fecho desta empresa. Perdas a todos os níveis, dada a projeção nacional dos produtos que lá eram fabricados. Acima de tudo, lamentou o facto de os trabalhadores, agora, fazerem parte do grande rol de desempregados que existem no país e também os produtores e as suas famílias que dependiam diretamente desta entidade. -----

Flávia Laranjeira cumprimentou os presentes e questionou o senhor presidente da Câmara Municipal relativamente aos atrasos nas aprovações dos projetos. Disse saber que essas aprovações dependem, também, da Câmara Municipal do Porto mas há pessoas que relatam o facto de a Câmara Municipal de Armamar atrasar na entrega dos projetos à referida Câmara Municipal do Porto. Gostaria de perceber quais são os

motivos pelos quais estes atrasos acontecem e o que é que o executivo poderá fazer para melhorar este problema e, ser mais célere, a validação dos mesmos. Estes atrasos levam a que os orçamentos iniciais sejam alterados devido aos aumentos dos preços, ou seja, aquilo que as pessoas previam gastar inicialmente já não corresponderá ao valor final. De seguida, referiu que no dia ontem esteve no “Perlim” e para quem não sabe, trata-se de um evento natalício, que decorre em Santa Maria da Feira e lembrou que no concelho de Armamar não se aproveita este período para apoiar o comércio local e fazer um evento de género para ajudar os comerciantes a venderem os seus produtos. Nesse sentido, perguntou o que é que o executivo tem previsto, este ano, para esta época natalícia. Por último, relativamente aos semáforos de Fontelo, perguntou para quando está prevista a sua colocação uma vez que já se fala do assunto há algum tempo.-

Américo Moreira cumprimentou os presentes e pediu desculpa por não ter comparecido na reunião dos grupos municipais, justificando que não esteve presente por se encontrar doente. Deu os parabéns pelo sucesso da Feira da Maçã e sugeriu que no próximo ano, se assim for possível, voltem a colocar a tenda grande para a restauração junto ao recinto da Feira. Também foi aqui levantado o problema da circulação no centro da vila de Fontelo e, de facto, é um estroncamento completo que impede o desenvolvimento do concelho, pois perde-se muito tempo e há muitas discussões porque a dada altura não se sabe quem há de recuar e quando são viaturas pesadas é muito complicado. Entende que não será fácil fazer ali obras, no passado talvez fosse mais fácil mas, mesmo assim, incentiva para que se façam todos os esforços, concordando com o que foi dito por António Lareiro, ou que coloquem os semáforos o mais breve possível. Em relação aos marcos a imitar a maçã disse que quando os viu pensou que este ano com o tempo seco e escassez de chuva a maçã não desenvolveu e, por isso, ficou pequena. No seu entender é mesmo raquítico mas não lhe parece que alguém o tenha feito de má-fé e para provocação. Todos sabem que as duas atividades

económico-sociais, paisagísticas e produtivas do concelho são o vinho e a maçã. Quanto ao Douro disse-se perfeitamente à vontade porque podem encontrar nas duas revistas da UTAD onde tem artigos publicados, conjuntamente com outros professores, daquilo que pensa do desenvolvimento do Douro. Não deixa de dizer que estes marcos são inestéticos, por serem demasiado raquíticos e também não foi feliz o local onde os colocaram, mas tudo tem remédio. Propõe que sejam retirados com toda a calma e sem barulho. Muita das vezes quem tem de escolher não faz a melhor escolha por várias razões. Reconhece a razão à união das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião pois pensa que não seja muito identificativo, concretamente, naquele território produtor de bom vinho e lembrou que, este ano, a Feira da Maçã, pareceu-lhe mais Feira do Vinho do que de maçã, não querendo dizer que a culpa é do executivo porque abre a oportunidade de as pessoas se inscreverem. Nos ditos marcos ainda colocaram aquele “caixote” por cima que em nada os favoreceram. Acredita que pode ser encontrada outra solução, por exemplo, colocá-los noutra sítio, talvez no futuro parque de lazer de Armamar onde serão mais visíveis e representativos. Julga que esse parque estará para breve uma vez que o espaço já foi escolhido. -----

Márcio Morais cumprimentou os presentes e todos os que acompanham esta sessão pelos diversos meios de comunicação. Começou por tecer algumas considerações ao que de bom tem acontecido no concelho. Assim, parabenizou o jovem armamarense, André Pinto, que integrando a seleção nacional de atletismo adaptado, alcançou vários pódios no *IWAS World Games 2022*, realizados, em novembro, em Vila Real de Santo António. Agradeceu ao André por continuar a ser um exemplo de força, perseverança e determinação. Pelo quarto ano consecutivo, congratulou o Sérgio Rego pela conquista do tetra campeonato de categoria de duas rodas Super Moto. Endereçou, também, uma palavra de agradecimento pela dinâmica que o executivo do Agrupamento de Escolas de Armamar tem impulsionado aos jovens através do Goma-Clube de Ciência Viva e pelo

assinalar de datas relevantes, celebradas e divulgadas pelos alunos. Sobre a Feira da Maçã, em sua opinião, este foi o melhor certame até à data. Ficou, uma vez mais, provado que não é preciso ter a televisão e só com os filhos e produtos da terra e, também, os expositores de fora se pode realizar um bom certame. Em relação ao gasto que possa estar associado, concorda com o que foi dito por Luís Silva, de que deve haver um controle dos gastos, sabendo que nada disto é para dar lucro mas sim para promover os agricultores, fruticultores e viticultores. Em relação à participação dos agentes económicos cada um saberá se vem ou não e fará o seu juízo de valor. Observou que de há um ano a esta parte abordou a questão da exploração mineira de tungsténio e estanho, em Santo Adrião, e à data o senhor presidente referiu que o início da extração iria ser em janeiro de 2023. Procurou saber se esta data se mantém. Referiu-se aos elementos escultóricos colocados nas entradas do concelho e está certo que o executivo fará as devidas alterações. Julga que nem tanto ao mar nem tanto à terra, mas precisa de uns retoques e certamente se conseguirá colocar algo que represente as duas maiores culturas concelhias, o vinho e a maçã. Em relação à intervenção de Flávia Laranjeira observou que tem conhecimento de que, pelo menos, nos últimos três anos, o executivo tem lançado as campanhas de Natal, este ano intitulada “Este Natal vou comprar no comércio local de Armamar”, onde uma vez mais se promove e ajuda os agentes locais a vender o que de melhor têm. -----

Presidente da câmara municipal cumprimentou os presentes e de modo especial os que assistem a esta sessão através do *You Tube*. É a primeira vez que se transmite neste modelo e por isso é uma marca a registar pois é uma forma de chegar àqueles que não têm oportunidade de estar presentes fisicamente. -----

Quanto às intervenções efetuadas, iniciando pela de António Lareiro e em relação aos monumentos escultóricos, também, referidos pelos restantes intervenientes, com exceção de Sara Gouveia, disse que a posição apresentada pela assembleia de freguesia

da união das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião é legítima e não a põe em causa, discordando com alguns exageros na redação do texto, como por exemplo, quando utilizam o termo “*má fé*” e “*assobiar para o lado*”, porque da sua parte nunca existiu má fé, nem assobiou para o lado. Disse, ainda, que a assembleia de freguesia desta união de freguesias reuniu no dia 2 de novembro e antes dessa reunião teve reunido com quatro presidentes de junta que representam o território vinhateiro do concelho de Armamar, a pedido destes, onde foi discutido o assunto e onde admitiu que o resultado que se pretendia para identificação das entradas do concelho não foi do seu agrado pois não era aquilo que esperava segundo o que viu nas maquêtes e, por isso, iria tomar as medidas necessárias para se proceder à alteração das esculturas. Em relação às Aldeias Vinhateiras, referidas por António Lareiro, disse que o município não perdeu oportunidade alguma em relação a esta matéria. Isto porque as Aldeias Vinhateiras estão, devidamente, identificadas e classificadas como tal e têm um histórico. Armamar não tem nenhuma aldeia vinhateira classificada e por isso não pode, nem deve, dizer-se que se perderam oportunidades em relação a estes investimentos. Quanto às estradas interditas disse que não há nenhuma estrada interdita mas sim condicionada à utilização por veículos pesados até determinado peso bruto como é o caso da estrada que liga o Marmelal à Folgosa. Sobre os esgotos a céu aberto admitiu que há uma série de investimentos necessários no concelho e estão todos identificados e foram objeto de projetos de execução pagos pelo município. Referiu que se aguarda por uma decisão definitiva, por parte da Associação de Fins Específicos para Gestão da Água, sobre esta matéria, e a mesma tem de ser tomada até à primeira semana do mês de janeiro. Ninguém pode negar que antes desta alteração de acesso aos fundos comunitários, o município lançou um procedimento para resolver as situações do Marmemal e o mesmo ficou deserto. Em relação à intervenção de Luís Silva, no que respeita à extinção da PPP disse que se aguarda pelo relatório de avaliação de dois peritos oficiais. Como é sabido

trata-se da aquisição dos direitos de superfície do lote onde está instalado o armazém e do pomar junto à rotunda da escola. Nesta fase, não se trata de extinção pois o que está em causa é a aquisição dos direitos de superfície da PPP para que o município possa ser detentor de todo o património e a seguir avançar para o processo de extinção. Quanto à sinalização das vias disse que havia a intenção de o fazer se o processo de requalificação das estradas tivesse corrido bem mas como isso não aconteceu o município, a expensas próprias, vai assumir essa intervenção. No que diz respeito à Feira da Maçã fica satisfeito por terem registado bastantes melhorias. No seu entender, este ano, a Feira da Maçã, correu muito bem. Há sempre algo a melhorar mas no que respeita ao investimento a senhora vereadora está a preparar esse trabalho e quando tiver todas as situações fechadas o apresentará ao executivo. Quanto à intervenção de Sara Gouveia disse que percebe aquilo que possa ter sido o reporte do empresário da Fábrica Serra das Fragas de Vila Nova, em relação ao processo de encerramento. Fez saber que o município desde o primeiro momento foi conhecedor e acompanhou o processo e esteve sempre colaborante com o empresário para resolverem a situação. Quando surgem estes problemas é preciso dar um sinal de boa vontade em resolver as questões mas o certo é que o representante da empresa teve sempre uma postura resistente à resolução de algumas questões e não pode vir dizer que a solução passava pela construção de uma ETAR mas sim pelo envio do soro a outras entidades para tratamento. Ao contrário daquilo que o empresário diz, o presidente da câmara acompanhou o processo até ao momento em que o engenheiro Rui Carneiro entendeu que não estava para ser parte da solução. De qualquer forma a senhora vereadora Cláudia Damião continua a acompanhar o processo, fez várias diligências, quer em termos da DGAV quer da Direção Regional de Agricultura do Norte. Disse que ele próprio sugeriu ao engenheiro Rui uma reunião com a senhora Diretora Regional de Agricultura, antes da abertura da Feira da Maçã para se poder encontrar uma solução e

a engenheira do ambiente do município fez vários contactos com a DGAV mas percebeu, com as técnicas daquela entidade, que o engenheiro Rui nunca quis solucionar a situação e apontava para outras situações. Quanto à intervenção de Flávia Laranjeira em relação à aprovação dos projetos fez uma correção ao que foi dito porque os processos do município de Armamar não são enviados à Câmara Municipal do Porto. Esclareceu que os processos que dão entrada no município de Armamar, no que respeita quer à zona classificada como património da humanidade, quer à zona especial de proteção são, obrigatoriamente, remetidos à Comissão de Coordenação da Região Norte e à Direção Regional de Cultura do Norte. O município recebe os processos e faz uma análise técnica dos mesmos e muitas vezes vêm mal instruídos ou com falta de elementos para que possam ser remetido a essas entidades e, por vezes, essa demora deve-se a atrasos, nas correções, por parte dos requerentes. Nem tudo o que se ouve corresponde à realidade porque todos os processos que vêm bem instruídos em 48 horas vão para as respetivas entidades. Quanto ao apoio ao comércio local, no período natalício, disse que não se pode replicar o Perlim por todo o território nacional mas também existe a obrigação local de tomar algumas medidas para promover as compras no comércio local e, nesse sentido, de há uns anos a esta parte, lançou-se a campanha de promoção de compras no comércio local. No ano anterior atribuíram-se 20 vouchers de € 50,00 em compras no comércio local e este ano voltou a ser lançada essa campanha. Em relação aos semáforos de Fontelo disse que o serviço já está adjudicado, o contrato está assinado mas há sempre a dependência de entidades externas uma vez se trata de um troço da alçada da Infraestruturas de Portugal, a quem o município pediu parecer sobre a instalação dos semáforos mas essa situação ficou resolvida a partir do momento em que recebeu um e-mail do secretário de estado das autarquias locais e do ordenamento do território a dizer que no âmbito da delegação de competências na gestão das vias, todas as vias classificadas como nacionais, que atravessem aglomerados

urbanos desde que definidos no PDM, a manutenção e até colocação de semáforos e outros são da responsabilidade da autarquia. Quanto à intervenção de Américo Moreira e no que diz respeito à tenda que foi colocada em anos anteriores junto ao recinto para a restauração, na Feira da Maçã, disse que foram efetuadas obras no Mercado Municipal para criar mais espaço para esse efeito porque há toda uma logística que é necessária, como ligação de água, possibilidade de lavar louça e acesso à energia elétrica. Em relação à intervenção de Márcio Morais partilhou das felicitações que endereçou ao André Pinto e ao Sérgio Rego por conseguiram estes feitos por mérito próprio que valorizam e dão visibilidade e acabam por ser embaixadores do concelho através do desporto que cada um pratica. Testemunhou aquilo que tem sido o sucesso do projeto “Ciência Viva”, no Agrupamento de Escolas e para além de agradecer ao Agrupamento, deixou um agradecimento à Raquel Branquinho, natural de Armamar, que tem sido o motor deste projeto de uma forma muito generosa e voluntária. Em relação à exploração mineira em Santo Adrião referiu que lhe foi transmitido que a partir de janeiro de 2023 iniciariam os trabalhos de exploração uma vez que já houve o período experimental mas por aquilo que lhe foi dito pelos colaboradores que estavam, até ao momento, na empresa há uma mudança de planos da empresa nos timings porque a mesma tem capitais de várias nacionalidades e não se dedica apenas à extração mineira, tem investimentos espalhados pelo mundo muito ligados à exploração do gás natural que, atualmente, em termos lucrativos é bem mais apetecível do que a exploração mineira. A informação que tem, apesar de não ser oficial, é que a empresa continua interessada em avançar para a exploração mineira mas os timings que tinham definidos já não serão os mesmos, uma vez que em termos de negócio, em si, estão mais dispostos a apostar no gás natural do que na exploração mineira. -----

António Lareiro felicitou o senhor presidente e restante executivo por terem admitido o erro, em relação às esculturas das maçãs, estando disponíveis para o

ultrapassar. Quanto ao programa das Aldeias Vinhateiras disse que teve o cuidado de dizer o ano em que o mesmo foi lançado, 2021. Nesta data foi uma oportunidade perdida porque reconhece que Armamar tem aldeias em condições de terem apresentado candidatura como aquelas que hoje fazem parte do roteiro das Aldeias Vinhateiras. -----

Presidente João Paulo Fonseca observou que o senhor António Lareiro insiste naquilo que é uma imprecisão do que veio dizer. Pediu-lhe para esclarecer que oportunidade é que o executivo municipal de Armamar perdeu, em 2021, no que diz respeito a candidaturas às Aldeias Vinhateiras e de que forma. -----

António Lareiro veio pedir desculpa pois por lapso disse 2021, em vez de 2001. -----

INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Não se verificaram intervenções. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) Apreciação da informação escrita, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira (cuja cópia passou a constituir o anexo I à ata) -----

O **presidente João Paulo Fonseca** para além do que está vertido na informação escrita deu conta que no dia 12 de outubro, deste ano, uma comitiva da CIM DOURO, da qual fez parte, deslocou-se a Bruxelas, onde estiveram reunidos com a senhora comissária Elisa Ferreira e com o presidente do comité das regiões que é português e foi durante alguns anos presidente do governo regional dos Açores, Vasco Cordeiro. O tema principal destas reuniões foi tentar sensibilizar a Comissão Europeia, através da senhora comissária e presidente do comité das regiões, no sentido de levarem à discussão, nesta agenda do 20/30, a possibilidade de financiamento para a requalificação e alguns investimentos e melhorias nas vias municipais pois é um problema transversal a toda a região. A senhora comissária, sem se comprometer, assumiu o compromisso de

pôr em cima da mesa essa discussão e, provavelmente, irá reunir com a CIM DOURO, ainda, antes do final do ano para apresentar o que resultou dessa discussão, em Bruxelas. Disse também que, na passada sexta-feira, esteve reunido com o senhor delegado da DGESTE que faz parte da comissão de acompanhamento da transferência de competências no âmbito da educação. Nessa reunião falou-se, essencialmente, dos constrangimentos que têm surgido e das dificuldades quer em termos de comunicação quer daquilo que são os compromissos e envelopes financeiros que faziam parte desta transferência. Tem sido unânime, quer em tomadas de posição dos autarcas social-democratas, quer socialistas de que há bastantes falhas nesta transferência de competências e que se torna necessário corrigir aquilo que está a correr menos bem. O Município de Armamar deixou bem claro as situações que julga que estão a correr menos bem e estará atento, não só com o que tem a ver, diretamente, com a DGESTE mas também com o IGEF e a própria DGAL. Deu conta que também esteve numa reunião com a ARS Norte no que respeita ao novo Centro de Saúde de Armamar e o que se perspectiva é que até ao final do mês de janeiro possa abrir a candidatura no âmbito do PRR para a construção dos Centros de Saúde que estão definidos. Disse, também, que no sábado passado participou da reunião da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso, como membro por inerência do cargo de presidente de câmara, e como já havia informado, no âmbito do Programa PARES e do PRR, a Fundação fez duas candidaturas, uma ao PARES para um lar residencial para pessoas com necessidades especiais e ao PRR o Centro de Atividade e Capacitação na Inclusão. Informou que, provavelmente, na próxima semana irá ser lançado o concurso público para a execução da obra. Fez um balanço das obras em curso no município, dizendo que a Requalificação da Adega, neste momento, tem uma execução de cerca de 70% e a data de conclusão da operação será o final do mês de janeiro do próximo ano. Em relação à Igreja Matriz de Armamar disse que alguns lotes já estão executados, que têm a ver com a requalificação

dos sinos e dos frescos das madeiras e pinturas, a parte elétrica e o som já estão acima dos 30% de execução e em termos de obras de construção civil estão executados cerca de 70%. Em relação ao Pavilhão Gimnodesportivo disse que estão excetuados cerca de 20% dos trabalhos previstos e já foram faturados e pagos, cerca de 600 mil euros. Fez saber que, no mês anterior, a CIM DOURO esteve reunida em Freixo de Espada à Cinta com a senhora Ministra da coesão territorial e o senhor Ministro das obras públicas no lançamento do projeto de execução da linha do douro que é um projeto e investimento transversal a toda a região. Como foi questionado, na última sessão, sobre obras no centro escolar referiu que se encontra concluída a requalificação do campo de jogos, assim como a instalação da bomba de calor para o aquecimento. Em relação à Cidade Europeia do Vinho disse que o início dos eventos será no dia 15 de janeiro de 2023, com a gala de abertura, a realizar no Pavilhão Multiusos de Lamego. Deu, ainda, uma nota sobre o trabalho que está a ser feito no âmbito da carta do património e, até ao momento, estão registados pelo arqueólogo cerca de quinhentos achados com algum valor patrimonial. Este trabalho foi contratado por 18 meses mas face aos achados o técnico ainda não conseguiu fazer o trabalho em todas as áreas do concelho e, por isso, é intenção prorrogar este vínculo por mais seis meses. Por último, referiu que no mês anterior aconteceu reunião no edifício sede do município com a nova coordenadora da unidade de saúde local, a Dr.ª Sofia Ribeiro que lhe deu conta que tem intenção de permanecer no Centro de Saúde de Armamar durante três anos, no mínimo, e está a elaborar um novo modelo de funcionamento da unidade e depois entregará ao município e do mesmo será dado conta à assembleia. -----

Luís Silva referiu que seria importante, quando a câmara municipal tiver ao seu dispor o estudo prévio do Centro de Saúde fizesse uma breve apresentação do mesmo à assembleia. Relativamente ao centro escolar, o senhor presidente disse que já foram feitas as intervenções, que são de realçar pois havia situações preocupantes, mas

questionou se está pensada uma, eventual, cobertura de parte do espaço do recreio, uma vez que não tem qualquer proteção e também do percurso que é feito pelas crianças para aceder ao refeitório pois não existe qualquer tipo de proteção contra as intempéries. -----

Presidente da câmara municipal referiu que depois de ter o estudo prévio do Centro de Saúde, do mesmo poderá ser dado conhecimento à assembleia. Quanto à colocação de estrutura no acesso da Escola José Manuel Durão Barroso para o refeitório da Gomes Teixeira disse que esse percurso, apenas, é feito pelos alunos do 4.º ano e não é um número assim tão elevado e os investimentos têm de ser feitos com base naquilo que são as necessidades e possibilidades. Nesse sentido disse que não está equacionada qualquer ligação coberta nesse trajeto. Quanto à possibilidade de haver uma estrutura coberta no campo de jogos, ou em parte dele, essa sugestão também foi dada por alguns encarregados de educação e está a ser estudada pelos serviços técnicos.

Intervalo -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal reiniciou os trabalhos às dezassete horas e dez minutos e comunicou que estavam ausentes, Américo Moreira, os presidentes de junta de freguesia de Cimbres, António Domingos Rodrigues, de Fontelo, Luís Rodrigues e da união das freguesias de São Romão e Santiago, Dinis Branquinho. -----

2) Apreciação e votação da ata da sessão de 30 de setembro de 2022 -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

3) Eleição do representante da Assembleia Municipal de Armamar para integrar a Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal de Armamar (cuja cópia passou a constituir o anexo II à ata) -----

O **presidente da assembleia municipal** deu conta que chegaram dois requerimentos à mesa, um da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, a propor Lisete Osório e

outro do PNT a propor Luís Silva. Nessa perspetiva denominou a primeira proposta Lista A e a segunda Lista B e procedeu-se à votação por escrutínio secreto. -----

Deliberação: Eleita Lisete Osório, proposta pela coligação democrática PPD/PSD.CDS-PP, com 19 votos. -----

4) Aquisição de energia elétrica em Média e Baixa Tensão Especial para as instalações municipais, para o ano de 2023 (cuja cópia do protocolo passou a constituir o anexo III à ata) -----

O **presidente da câmara municipal** referiu que à semelhança dos anos transatos a CIM DOURO tem constituído um agrupamento de entidades adjudicantes para aquisição de energia elétrica em média e baixa tensão especial. Deste agrupamento, além dos municípios, fazem parte algumas juntas de freguesia e outras entidades. Tem-se verificado que, em termos de aquisição deste tipo de serviços, tendo esta escala é mais benéfico para os municípios em termos de valores. A proposta é que a assembleia vote favoravelmente que o município de Armamar integre este agrupamento de entidades adjudicantes. -----

Paulo Tolda cumprimentou os presentes e todos aqueles que assistem a esta sessão em casa. Disse que, este ano, não foi possível fazerem este procedimento, face à instabilidade no mercado de energia e à semelhança daquilo que são os relatos de todas as entidades, os custos foram significativos. Por isso, procurou saber se há alguma estimativa, no município de Armamar, de qual será o acréscimo do custo de energia durante o ano de 2022. Obviamente que, conseguindo-se fazer um procedimento concorrencial, como o que está em discussão, o que se pretende é que o preço que venha a ser fixado seja mais vantajoso do que aquele que foi conseguido durante o ano de 2022. -----

Presidente da câmara municipal referiu que atendendo àquilo que tem sido o mercado, em si, e o aumento exponencial do custo de energia estima-se que o

acréscimo de custos possa rondar os 25%, em relação ao ano transato, embora em termos de valor global da fatura, muito por força daquilo que foram as candidaturas, essencialmente, à eficiência energética do edifício sede do município, que é baixa tensão especial, tenha havido uma redução e poupança em termos de gasto, contudo estima-se esse acréscimo de 25% no valor da energia. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

5) Documentos previsionais para o ano de 2023 e seguintes (cuja cópia passou a constituir o anexo IV à ata) -----

O **presidente da câmara municipal** fez um breve enquadramento e explicação ao orçamento começando por dizer que, em termos de documentos previsionais para 2023, este ronda os € 14.396.000,00, dos quais se destacam cerca de € 5.811.000,00 em despesas de capital, relacionadas com o investimento previsto no município, para o ano de 2023. Parte dele tem a ver com a conclusão das obras que estão em curso, como a requalificação do edifício da Adega Cooperativa, da Igreja Matriz e a conclusão da construção do Pavilhão Gimnodesportivo, num valor, nestas três ações, de cerca de € 2.200.000,00. Depois, pretende-se contrair um empréstimo para aquisição do património da PPP, Armamar Viva, S.A., num investimento de cerca de € 1.300.000,00 com o objetivo da extinção da empresa e voltar a lançar o procedimento da requalificação das vias municipais. É este o orçamento que se apresenta, percebendo que se está numa fase final deste quadro comunitário Portugal 2020, cujas ações têm de estar executadas, quer física, quer financeiramente, até junho de 2023, salvo algumas situações que possam ser relevadas pelo órgão de gestão. O ano de 2023 será um ano de transição de quadros comunitários que permitirá perceber quais vão ser as oportunidades do novo quadro comunitário. As ações referidas são aquelas que têm mais peso em termos de despesas de capital, neste orçamento, mas também se iniciarão os processos que têm a ver com a Estratégia Local de Habitação e com uma candidatura

que o município fez no âmbito dos bio resíduos. No seu entender, este, é um orçamento que deve agradar a todos, pois está definido um investimento muito considerável e o maior dos últimos anos. Grande parte dos investimentos estão garantidos pois já estão em execução e a par disso continua a manter-se a política fiscal do município, amiga do munícipe, mantendo quer as taxas de IMI, nos mínimos que a Lei prevê, quer continuando a prescindir de 4%, dos 5%, que o município tinha direito em sede de IRS. Sendo assim espera que a assembleia vote, favoravelmente, o orçamento. --

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

António Lareiro referiu que as suas primeiras palavras sobre este ponto de ordem de trabalhos são para lembrar ao senhor presidente que a Câmara Municipal, mais uma vez, não cumpriu a Lei do direito de oposição. Se desconhece a Lei disponibilizou-se em fornecer uma cópia da mesma. Por a CDU não estar representada no executivo municipal, deveria ter sido ouvida sobre estes documentos e ter sido convocada para manifestar a sua opinião. Apelou ao executivo para que no futuro cumpra a Lei. Disse estar na presença de mais um orçamento de continuidade. Esperavam que as Grande Opções do Plano e de orçamento fossem mais ambiciosas e tentassem dar resposta rápida às grandes carências do concelho. Gastam-se mais de € 4.000.000,00 em despesas com pessoal, 28,3% da despesa. Os gastos das despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços correspondem a 56,2% da despesa. Os encargos com a dívida em, 2023, em juros e amortizações, são cerca de meio milhão de euros. A Câmara Municipal de Armamar é das que mais funcionários tem, por habitante. O seu partido continua a defender uma melhor gestão de pessoal, mais formação adequada e especializada aos funcionários de forma a haver mais motivação, mais eficiência, responsabilidade, competência e transparência. Apostar na modernização dos serviços de forma a torná-los mais eficientes e ao mesmo tempo mais próximos dos cidadãos. Nos objetivos apresentados, nada de novo e ambicioso no que diz respeito à defesa do

ambiente, acessibilidade de comunicação, rentabilização dos recursos naturais, físicos e humanos, promover o turismo, reclassificar os espaços desportivos, participação cívica e reforço da cidadania, melhorar as condições das estradas. É oportuno perguntar o que de relevante foi realizado nestas áreas durante os últimos anos. Exemplo, melhorar as condições das estradas. Lembrou que foi prometido, há uma ano, que durante o ano de 2022 iriam gastar mais de € 2.400.000,00 na reparação das estradas e o mesmo não se concretizou. Todos reconhecem que a situação piorou, pois hoje, temos algumas estradas que estão intransitáveis a veículos pesados. Na Estratégia Local de Habitação, afirmar que Armamar está mais próxima da resolução dos problemas habitacionais e propor um investimento de € 178.980.000,00 é não conhecer bem a realidade habitacional do município. Perguntou o que pretendem fazer com este valor. Quanto ao parque para autocaravanas, perguntou se já definiram o local. Em relação à construção no novo Centro de Saúde, julga que ainda não têm lugar definido, mas se houver gostaria de obter essa informação. Na Festa de São João e Feira da Maçã, propõe gastar cerca € 100.000,00. Em relação à Feira da Maçã, dada a sua importância na promoção dos agentes económicos e do próprio município, perguntou se será transmitida durante um dia por um canal de televisão, como o foi há alguns anos, ou vai ser como este ano só anunciada e promovida local e regionalmente e durante alguns minutos num canal de televisão. Quanto à descentralização de competências, educação e ação social, após este curto espaço de tempo de a câmara municipal ter assumido a sua responsabilidade no setor da educação e de assumir as mesmas responsabilidades na ação social, a partir do próximo ano, perguntou se executivo poderá informar se as verbas transferidas do governo cobriram as despesas assumidas na educação e as que vão receber para a ação social darão para as despesas, ou a câmara terá que transferir de outras receitas para a educação e ação social. Em relação ao processo, Armamar Viva, S.A. como já foi aqui levantada nada teve a acrescentar. -----

Paulo Tolda começou por destacar, como positivo, a tentativa de resolução da situação da Armamar Viva, S.A. que não obstante ser necessário a contração de um empréstimo para resolver a questão, poderá resultar numa poupança significativa para o município de cerca de € 2.600.000,00, esperando que o processo chegue a bom porto, pois sabe-se que não é fácil. Destacou a parceria que houve para resolver este dossier e seria fundamental que noutros pontos se trabalhasse desta forma. Salientou que independentemente de entenderem que esta é a via para resolver o problema, continuam a achar que esta parceria nunca deveria ter sido criada e o resultado está à vista. Isto é, investimentos € 3.600.000,00 poderem resultar num custo, se nada for feito, de € 8.000.000,00, é claramente algo que retira capacidade a este município de investimento em áreas fundamentais e que fazem falta. Como positivo destacou, também, a diminuição do passivo do município, que pode permitir a realização de alguns investimentos estruturais para o concelho, como por exemplo, a requalificação das estradas. De todo o modo, várias vezes salientaram que era necessário avançar com este processo e em tempos houve essa oportunidade e foi perdida, em 2021, quando havia uma exceção aos 20% de utilização da margem e por falta de agilidade o município não conseguiu promover esse dossier. Perdeu-se esta oportunidade com a agravante de os custos de requalificação, atualmente, serem muito superiores aos que seriam na altura. Esclareceu que os reparos do seu grupo municipal, sobre alguma situação que não decorreu como entendiam foi com o sentido de responsabilidade e com a convicção que seria o melhor para o concelho. Daí que nalguns casos, como este, quando alertaram para o risco de perderem o visto foi sempre no sentido de que fizessem um trabalho mais assertivo nesta matéria. Em relação ao PPI disse que este apresenta um investimento nas estradas de € 159.000,00, logicamente que é insuficiente mas compreendem que poderá ser aumentado se houver a tal contração de empréstimo que só poderá ser decidida em função da resolução deste dossier, apesar de haver em

2023 a possibilidade de utilização da margem de 100% mas o que diz a proposta é que a utilização da margem de 100% é, apenas, para a contrapartida nacional de projetos cofinanciados. Nesse sentido, recomendou que naqueles projetos que são comparticipados, utilizassem margem de endividamento e libertassem recursos próprios para aqueles que não são comparticipados. É uma forma de fazer a gestão do município, não obstante saber que o custo de financiamento vai aumentar, pelo menos, nos próximos anos com a subida dos juros. Posto isto, e no que se refere ao orçamento em geral, verifica-se um aumento, de cerca de € 605.000,00, nas receitas correntes, face ao orçamento inicial de 2021, no entanto, as despesas correntes aumentam € 1.025.000,00 o que é significativo. Só as despesas com pessoal aumentam € 429.300,00 o que corresponde a quase 12%. Bem sabe que parte deste aumento também resulta do aumento da remuneração mínima mensal garantida e da atualização da tabela salarial que vai ter, talvez, a maior subida dos últimos anos, de todo o modo aquilo que era apontado por uma média de aumento de massa salarial, pelo governo, de 5,1% englobando, já, as diferentes componentes remuneratórias, em Armamar, o aumento é o dobro. A sua dúvida, uma vez que está na receita, uma verba de descentralização de competências de € 980.000,00, que presume ter a ver com o Fundo de Financiamento da Descentralização, é se, também, estão refletidas despesas com o pessoal relativamente à descentralização, uma vez que o mapa de pessoal que vai ser debatido não reflete os postos de trabalho que possam vir a resultar da descentralização. Portanto, se do lado da receita temos os € 980.000,00, do lado da despesa se não temos ainda o custo com pessoal este orçamento tem um problema, pois apresenta uma receita que não está balanceada pelo custo respetivo e isso é, claramente, um procedimento errado de orçamento. Disse que teve o cuidado de consultar os mapas de pessoal anteriores e em 2017 o número de postos de trabalho é equivalente, não há um aumento muito grande, apesar de ser, já, por si elevado. De todo o modo, não se

compreende isto e fica a questão, se efetivamente esta receita do Fundo de Financiamento da Descentralização está balanceada do lado da despesa. Depois, disse que o aumento da receita corrente é absorvido pelo aumento da despesa com o pessoal e também há um crescimento significativo, nos bens e serviços de cerca de € 729.000,00, bem sabendo que esta espiral inflacionista terá de ter algum peso e era quase impossível que não houvesse algum aumento mas, logicamente, que é preciso haver algum trabalho de racionamento de despesas correntes porque quando o investimento sem fundos comunitários ou empréstimos, já é pouco, tudo aquilo que são aumentos de receita se forem canalizados para despesas correntes menos sobra. Se comparássemos os orçamentos iniciais de 2022 e este de 2023, sem empréstimos e sem fundos comunitários, falaríamos em orçamento inicial, em 2022, de um investimento de cerca de 1 milhão e 2000 mil euros e o de 2023, 1 milhão 321 mil euros. Temos um aumento de receita de € 409.000,00 mas um crescimento de investimento de apenas cento e trinta e poucos mil euros. É claro que depois verifica-se que as execuções, por razões variadas, ficam sempre aquém. Aquilo que se prevê, este ano, é que provavelmente, não se vai atingir metade do investimento previsto no orçamento de 2022. No relatório semestral o auditor externo, refere que a execução da despesa, a meio do ano, era de 6,13% do que estava previsto e, mesmo a correr muito bem, chegará aos 50%. Isto para dizer que em 2023 não será muito diferente daquilo que é esta tendência. Prevê-se muito, mas executa-se pouco. Depois, disse que para além do PPI e daquelas obras relevantes como é o caso do Pavilhão Gimnodesportivo que é uma obra importante para o concelho, da requalificação da Igreja Matriz, ou continuação, da Estratégia Local de Habitação, tudo com financiamento e, para além da possibilidade do armazém municipal, os outros investimentos, individualmente, não ultrapassam os € 100.000,00. Olhando para os objetivos estratégicos, que o executivo aponta, disse apenas que, na questão da defesa ambiental, prevê-se a criação de centros comunitários

de lavagem de pulverizadores, que seria muito relevante para o concelho, do ponto de vista ambiental e a campanha na área dos bio resíduos, mas também, há inúmeros pontos no concelho e algumas estradas principais de freguesias históricas em que há depósitos de lixo que é preciso serem resolvidos. Há, ainda, outro problema essencial, neste ponto, que não é mencionado, que tem a ver com a frequente escassez de água e fenómenos de seca extrema, como foi o caso, quer para consumo humano, quer para rega. Bem sabem que há alguns investimentos que dependerão do governo mas também sabem que havia uma estratégia que passava pela criação ou utilização da Associação de Municípios para fazerem umas candidaturas relevantes para todos os municípios poderem rever as redes e terem menos perdas de água e, por isso, era importante que esse dossier fosse resolvido e que se encontrasse uma estratégia para o efeito. Na questão do Turismo, disse que este objetivo de promover o Turismo, potenciando as atividades económicas, em articulação com os agentes locais, em termos de investimento estão previstos € 274.000,00, no PPI, onde se destaca o Museu da Mulher Duriense. No PAM, temos uma pequena Rota da Maçã, mas muito haverá a fazer. Sugeriu que, tal como o concelho tem uma marca “Armamar Capital da Maçã”, tem todas as condições para ser a “Capital do Turismo Rural” porque face àquilo que são os investimentos dos privados, à localização, ao património paisagístico, etc, podia trabalhar-se sobre esta marca. De qualquer maneira continuam a faltar iniciativas de promoção do concelho e dos produtos endógenos e não se tira proveito do fluxo turístico que passa, atualmente, na Folgosa. Armamar, comparativamente com outros municípios, da região, continua a não participar nas feiras, não promovendo assim o território e os produtos endógenos, como outros. O conselho de Armamar, além de ser uma potência na produção de maçã, tem duas denominações de origem no setor vinícola, o Douro e o Távora Varosa que não se podem esquecer e, para além dessa questão de ter maçãs nas entradas vinhateiras do concelho, o importante era fazer-se

uma promoção estratégica do mesmo e em vez de se fazerem investimentos nas rotundas devia-se ir para feiras promover o concelho de forma mais efetiva e com melhores resultados. No caso da política de apoio às freguesias, conforme já se vem reclamando, há muito, continua a não haver uma verba destinada às mesmas, distribuída com um critério a decidir em assembleia que lhes permita fazer obras sem terem de vir pedir ao executivo. Da diminuição de despesas que o município teve durante a pandemia, podia ter sido canalizada uma parte para as freguesias. Por fim, disse que ainda haverá pagamentos resultantes de algumas situações do passado, que já identificaram como irregulares, face à contratação pública, que o próprio auditor externo, também, identificou, que resultam de acordos de pagamentos. Situações essas que levantam dúvidas e sobre as quais têm algumas reservas. Há um crescimento elevado das despesas correntes, poderia haver soluções de investimento mais interessantes, muitas situações já podiam ter sido resolvidas, em tempo, se tivessem sido mais ágeis como foi o atraso na resolução da situação da Armamar Viva, S.A., de pelo menos três anos, face ao que foi sendo discutido nestas assembleias. -----

Presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Rui Fernandes, cumprimentou os presentes e como grande parte das situações que ia apresentar já foram referidas nas intervenções anteriores, apenas, acrescentou que nas demonstrações previsionais, na parte da despesa, que inicia na página 13 do documento e continua na página 14, a alínea d) diz respeito a transferências e subsídios correntes e de capital e o ponto i. – contratos e protocolos celebrados a favor de terceiros, incluindo associações, freguesias e outras entidades. A sua dúvida é saber se há uma mudança de paradigma e se existe a intenção de o município fazer algum protocolo com as juntas de freguesia de forma que estas possam proceder a investimentos em colaboração com o município. Outra questão prende-se com o facto de, no seguimento de toda a leitura que fez aos documentos previsionais, não ter visto qualquer despesa

para melhoramento dos sistemas de regadio, dando como exemplo, os jardins da vila de Armamar. Houve o problema da seca, este ano, e a Câmara Municipal teve a necessidade de colocar carros a transportar água para tentar manter vivos alguns dos jardins da vila. Sugeri a adoção de sistemas automatizados para rega dos mesmos de forma a torná-los mais eficientes e menos dependentes. Tem-se visto, todos os anos, a rega ser ativada manualmente, sem qualquer controle de quantidade necessária para manter o jardim e, em cada dia que é aberta, mais de 50% vai parar à via pública. A minimização dos efeitos da seca, a seu ver, devem ser tratados preventivamente. -----

Presidente da câmara municipal referiu que a análise ao documento, em discussão, também tem muito a ver com a posição política dos vários grupos municipais com assento nesta assembleia. De qualquer forma, em relação à intervenção de António Lareiro, quanto aos orçamentos de continuidade disse que este é um orçamento de continuidade porque prevê a conclusão de uma série de investimentos que se iniciaram, este ano, e que transitam para o ano seguinte. Em relação à despesa com pessoal concordou que a mesma tem um peso nas contas do município mas também tem de haver alguma justiça porque desde que este executivo está em funções, não houve um aumento substancial do número de colaboradores. É preciso perceber que dos 181 trabalhadores que estavam no mapa de pessoal do ano anterior e que passam a ser 175, este ano, 68 funcionários resultaram da transferência de competências para o município, no âmbito da educação. Por isso é que há transferência de verbas naquilo que tem a ver com a delegação de competências, na área da educação. O certo é que o facto de existir este número de colaboradores também levou a baixar a aquisição de serviços externos. Quanto aos encargos com a dívida disse que há bem pouco tempo estes encargos eram superiores a € 1.000.000,00 e por isso é de relevar esta progressão positiva do peso da dívida. É um percurso que se está a fazer e que tem melhorado ao longo dos anos. No que diz respeito às despesas com o ambiente já foi aqui dito que uma das grandes

preocupações deste executivo é o ambiente e o investimento nesta área e, por isso, o município investiu quase € 200.000,00 em projetos de execução para resolver as questões ambientais mas por alterações das regras de acesso aos Fundos Comunitários, no que respeita aos investimentos, quer em termos de águas, quer de águas residuais, o limite é o mês de janeiro para se tomar uma decisão definitiva, não só, para o município de Armamar mas para todos aqueles que na altura se disponibilizaram para integrar a Associação de Fins Específicos. A preocupação ambiental também está presente quando se pretendem criar postos de lavagem das alfaías agrícolas, nomeadamente, das turbinas e com o projeto dos bio resíduos. Em relação aos espaços desportivos, está a fazer-se o maior investimento de sempre, em Armamar, num equipamento desportivo que é o Pavilhão Gimnodesportivo por isso, não é muito legítimo dizer-se que não há investimento no desporto. Em termos turísticos, foram lançados procedimentos que, infelizmente, por força da conjuntura ficaram desertos mas tratava-se de um dos projetos âncora, no âmbito do PROVERE, através da CIM DOURO, para o qual o município de Armamar teria de contribuir com a parte não comparticipada nos projetos de sinalização turística. Em relação à requalificação das estradas já ficou mais do que patente que é uma das preocupações e prioridades do executivo e, por isso, está em orçamento. No que diz respeito à Estratégia Local de Habitação disse que não percebeu se António Lareiro entende que a verba dos € 179.000,00 é muito ou pouco dinheiro, no entanto, disse que este programa tem a duração de 4 anos e tem um cronograma definido das intervenções a fazer, durante esse período e contempla duas vertentes. Uma tem a ver com os valores que são da responsabilidade direta da câmara, de € 179.000,00, que estão definidos e aquilo que o município verteu para essa estratégia foi a intenção de adquirir 14 imóveis, um em cada uma das freguesias, para poder fazer face a situações de emergência social e, depois, há a comparticipação direta dos proprietários das habitações que estão identificadas, num total de 68 intervenções que

foram objeto de um trabalho efetuado pelas técnicas de ação social do município e dizem respeito a candidaturas diretamente ao programa da Estratégia Local de Habitação. O que está aqui definido são as ações que o município vai desenvolver. Em relação ao Centro de Saúde o que está previsto em termos de localização é que seja utilizado parte do pomar do município que está cedido à Armamar Viva S.A. e em relação ao parque de autocaravanas disse que está a ser definido o local tendo em conta que estes parques devem ter alguma proximidade com o centro da vila, por causa do comércio local. Estão pensados dois espaços mas ainda não existe um estudo definido e quando houver essa informação a mesma será transmitida. Quanto à descentralização de competências na ação social, de acordo com a Lei, a mesma entrará em vigor no dia 2 de janeiro de 2023, mas espera que o governo possa anuir as sugestões da Associação Nacional de Municípios Portugueses pois ainda não estão definidas as regras nem saíram os Decretos Regulamentares e Portarias que vão definir de que forma é que se vai efetivar, em termos financeiros. No que diz respeito às transferências financeiras dos respetivos ministérios para as autarquias, Armamar tem, apenas, o exemplo da educação e nesta matéria o processo não está a correr bem porque não há acesso a dados fidedignos e as transferências de verbas são insuficientes. Respondendo concretamente à questão disse que, neste momento, o município é credor nesta transferência de competências da educação. Em relação à intervenção de Paulo Tolda, como é óbvio, fez a sua análise ao documento. Disse ter algumas dúvidas em relação à norma do orçamento de estado se se aplica, ou não, à situação das comparticipações financeiras, em obras comparticipadas mas o orçamento de estado também foi aprovado há três dias e é preciso fazer uma análise quer jurídica, quer técnica do documento. De qualquer forma, disse que é evidente que se a regra não permitir fazer isso tem de se fazer a gestão desse financiamento ser para obras com fundos comunitários e libertar a capacidade de endividamento para as estradas, pois é uma prioridade. Quanto há

restante intervenção como são análises políticas não quis estar a contrapor-las. Deu só uma nota em relação aos € 980.000,00 que estão definidos em termos de fundo de financiamento de transferências para dizer que estão vertidos os valores com os custos do pessoal não docente que transitou ao abrigo do primeiro protocolo da transferência de competências, de 2009, correspondente a 68 colaboradores. Atualmente são menos e o rácio que o Ministério definiu para o município de Armamar, é de 25 assistentes operacionais e 7 assistentes técnicos. É com base nestes dados que é calculada a verba. Quanto ao depósito de lixo a céu aberto é um problema que não se consegue resolver se não for com fiscalização apertada ou campanhas de sensibilização. Também se percebe que quem faz isto reiteradamente não é com campanhas de sensibilização que deixa de o fazer. Resta apelar ao civismo e bom senso de cada um. Quanto ao facto de não estarem vertidos no orçamento e no plano os investimentos que têm a ver com a gestão da água, a solução terá de passar pela construção de novos reservatórios de água, sobretudo para rega e se se conseguirem executar esses investimentos com certeza que se liberta ou ameniza o gasto de água da albufeira de Temilobos para consumo doméstico. Como referiu isso não tem de estar no orçamento, até porque, segundo as informações que teve em duas reuniões com a senhora Diretora Regional de Agricultura é a própria entidade que candidatará, aos poucos, fundos que ainda estão disponíveis no âmbito do PDR, em parceria com os municípios. No que se refere ao não aproveitamento do fluxo turístico na EN 222, já foi dito que é fundamental que no cais da Folgosa e no passeadouro existam duas estruturas, uma loja de promoção e venda de produtos endógenos e que funcione também como extensão da Loja Interativa de Turismo e as instalações sanitárias. Fez saber que a APDL enquanto entidade proprietária e gestora do cais da Folgosa já apresentou o projeto para construção dessas infraestruturas. É compromisso do senhor presidente do conselho de administração da APDL ter vertido no orçamento de 2023, da entidade, esse

investimento e será executado durante o ano de 2023. Quanto à promoção do concelho em feiras e outro tipo de eventos disse que cada município entende de que forma é que deve estar representado. Armamar e grande parte dos municípios da CIM DOURO entendem que a promoção da região, como um todo, é mais importante e tem mais visibilidade do que a promoção de cada território, individualmente. Em relação aos acordos de pagamentos disse que pode estar descansado que não há qualquer surpresa pois estão liquidados e alguns até foram liquidados antecipadamente. No que se refere à intervenção do senhor presidente de junta de freguesia de São Martinho das Chãs disse que a rubrica de transferências de contratos e protocolos com associações, juntas de freguesia e outras entidades pode contemplar a assinatura de protocolos e de acordos com as juntas de freguesia desde que estas apresentem ao executivo municipal os projetos que entendem ver contemplados e desde que os mesmos sejam considerados necessários. Sobre a gestão da rega dos jardins da vila de Armamar referiu que houve um período em que a rega andava descontrolada mas também é verdade que na primeira semana de julho esses jardins deixaram de ser regados com água de abastecimento público. Concordou que é necessário tomar medidas, no futuro, nessa matéria. -----

Paulo Tolda relativamente ao facto de ter realçado as situações positivas disse que o seu grupo municipal sempre foi sério nas suas análises e destacam o que faz sentido, para o bem e para o mal. Recordou que se, hoje, a situação financeira do município é relativamente melhor, muito se deve ao facto de terem insistido durante anos para que fossem tomadas medidas. De todo o modo, não pode deixar de dizer que quanto à dívida do município, se concretizassem todos os investimentos que já deviam ter sido concretizados, no tempo oportuno, como as estradas e a situação da PPP, seriam cerca de € 6.000.000,00, que apesar de tudo seria um valor razoável. Logicamente que a dívida baixou porque não se fizeram os investimentos no tempo oportuno. A questão que

coloca deve-se ao facto de o orçamento, na questão da descentralização, não estar muito claro, pois o que aparece no Orçamento de Estado, no valor do Fundo de Financiamento da Descentralização, para Armamar, é cerca de € 1.800.000,00. Na receita, estão € 980.000,000, muito menos do que aparece lá. Por isso, fica sem perceber se colocaram menos porque estão a pensar que, ainda, não vão executar, por exemplo, a transferência de competências na ação social. Na educação o município de Armamar já tinha o pessoal não docente e aí não há grandes alterações mas na saúde parece que o mapa não reflete o pessoal e gostava de saber se na despesa e na receita isso está refletido. -----

Presidente da câmara municipal disse a Paulo Tolda se tem essa dúvida vai continuar com ela pois, neste momento, as informações que tem, quando se fala destas transferências na área da educação, refere-se a pessoal, despesas relacionadas com a manutenção dos edifícios e despesas com refeições escolares. Em relação à ação social o que está refletido nos documentos é a previsão de contratação de um técnico da área. Quanto à saúde nada há refletido porque o que está definido por Lei é que tem de existir um acordo assinado entre os municípios e o governo. Como esse acordo ainda não existe não está refletida nas contas qualquer despesa. Quanto ao que está reportado nas rubricas são questões mais técnicas e contabilísticas às quais não consegue responder. -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 4 votos contra (a saber: Paulo Tolda, Luís Silva, Flávia Laranjeira e Alice Nogueira) e 5 abstenções (a saber: António Lareiro, presidentes de junta das freguesias de Queimada, Horácio Igreja, Queimadela Emmanuel Galvão, São Martinho das Chãs, Rui Fernandes e Vila Seca e Santo Adrião, José António Guedes). -----

6) Mapa de pessoal para o ano de 2023 (cuja cópia passou a constituir o anexo V à ata) -----

O presidente **João Paulo Fonseca** referiu que a proposta do mapa de pessoal para o ano de 2023, em relação ao ano anterior, não apresenta grandes diferenças, mantendo-se o lugar a criar de chefe de divisão e de chefia intermédia de terceiro grau que não foram preenchidos. Em relação aos técnicos superiores, prevê-se recrutar um trabalhador, bem como nos assistentes técnicos e dois assistentes operacionais. Anotou que em comparação com o mapa de pessoal do ano anterior, propõe-se uma redução de seis lugares. Isto porque o de 2022 previa 181 lugares e o deste ano prevê 175 que se deve à saída de dois técnicos por regime de mobilidade e consolidaram nos respetivos lugares. Em relação aos assistentes técnicos também aconteceu o mesmo com dois trabalhadores. -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 3 abstenções (a saber: António Lareiro, Paulo Tolda e Luís Silva. -----

7) Moção apresentada pela CDU sobre a estrada de ligação da vila de Armamar à A24 (cuja cópia passou a constituir o anexo VI à ata) -----

António Lareiro disse que espera que todos tenham lido a “Moção” e referiu que estão abertos a que a mesma possa ser subscrita por todas as forças políticas que o entenderem fazer e estão, igualmente, abertos a que haja propostas de alteração que enriqueçam o texto da mesma desde que não alterem o sentido. Entende que a importância de resolver este problema é urgente e é um problema sentido por todos. Lembrou que na última campanha autárquica todas as forças políticas se referiram ao assunto. É preciso vencer o pessimismo manifestado por algumas pessoas que dizem que não vai ser possível se concretizar devido à alteração da política da União Europeia que deixou de apoiar a via rodoviária mas há que ter em conta que mesmo o secretário da CIM DOURO, referindo-se ao projeto do IC 26, disse que havia formas de resolver este tipo vias. Entende que é preciso lutar e manifestar aos responsáveis governamentais que Armamar existe e que os seus habitantes têm os mesmos direitos que qualquer outro

cidadão português. A realização desta obra contribuirá para a coesão territorial, para combater a desertificação humana da região e proverá o desenvolvimento do município, da região e do país. Apelou a todos que, independentemente das suas convicções políticas, ponham Armamar e os interesses do concelho e suas gentes, acima de tudo. --

Márcio Moraes em relação a esta “Moção”, apresentada pela CDU, perguntou a António Lareiro se mantém a posição da subscrição ser da CDU ou se o que disse, há pouco, é que a mesma possa ser subscrita por todos e se assim for esvazia a sua intervenção. De qualquer forma, apelou para que a “Moção” fosse retirada desta sessão e que seja apresentada nova e que em conferência de líderes procedessem à alteração da mesma. Voltou a questionar António Lareiro se mantém a sua posição. -----

António Lareiro referiu que concorda que a proposta seja subscrita por os restantes grupos municipais, assim como, a alteração do texto desde que não seja alterado o sentido. -----

Márcio Moraes passou a ler a posição do seu grupo municipal sobre esta “Moção”: -----

“O grupo municipal do PPD/PSD.CDS-PP, da assembleia municipal de Armamar, vem tomar posição em relação à “Moção” apresentada pela CDU de Armamar, quanto à necessidade de solicitar ao governo que tome as medidas necessárias para a execução da ligação de Armamar à A24. Concordando com a pertinência do assunto que, aliás, sempre esteve na agenda política, quer dos executivos municipais liderados pelo PPD/PSD, quer dos membros eleitos por este partido que, desde 2015, têm efetuado várias intervenções sobre esta matéria como, facilmente, comprovam as atas da assembleia municipal. Contudo, não podemos deixar passar em claro aquilo que nos parece ser um oportunismo demagógico e, até, de uma hipocrisia política, por parte da CDU, no que respeita ao timing escolhido para apresentação desta “Moção”. Esta infraestrutura, de tão grande importância para o concelho, foi inscrita no Plano Nacional de Infraestruturas Rodoviárias de Proximidade pelo governo, então, liderado pelo Dr. Pedro Passos Coelho, governo esse, que liderou os destinos do país, entre 2011 e 2015 e que

nas eleições legislativas de 2015 foi o mais votado para continuar a conduzir os destinos do país. Atendendo às regras democráticas, para a constituição do governo da nação, a comunicação “Portugal à frente” constituída pelo PPD/PSD.CDS-PP, não liderou os destinos da nação, cabendo ao Partido Socialista, apoiado por uma maioria de esquerda CDU, PCP e Bloco de Esquerda, formar governo, o qual ficou célebre com o apelido de “geringonça”. Constatase que foi esse mesmo governo, apoiado pela CDU, que retirou do referido plano a obra da variante de Fontelo, fundamental para esta ligação Armamar-A24. Durante esse período não se vislumbrou qualquer tomada de posição dos membros da CDU na assembleia municipal. Mais, desafiamos a CDU de Armamar a apresentar na assembleia, quantas e quais as missivas que enviaram, quer aos membros do governo, quer aos seus deputados na Assembleia da República para que este assunto fosse debatido. O executivo municipal tem defendido esta obra e tem feito um esforço para que a mesma não seja voltada ao esquecimento. Exemplo disso é o Plano Estratégico da CIM DOURO 20130 onde esta obra é tida como prioritária. Plano esse que foi entregue e apresentado na Assembleia da República ao atual ministro das obras públicas, Dr. Pedro Nunes dos Santos, bem como à CCDR-Norte, entidade gestora do Portugal 20130. De referir, ainda, que o senhor presidente da autarquia, como ainda há pouco referiu, integrou uma comitiva de autarcas que no mês passado se deslocou a Bruxelas para reunir com a senhora Comissária Europeia, Dr.ª Elisa Ferreira, com o intuito de sensibilizar a Comissão Europeia para a necessidade de alocar Fundos Comunitários a este fim. Em suma, o grupo municipal PPD/PSD.CDS-PP, reitera que a construção da variante de Fontelo é uma necessidade urgente e que é fundamental para aproximar a sede do concelho à principal via rodoviária na região, a A24, no entanto, não reconhece legitimidade política, neste momento, à CDU, para apresentação desta “Moção”, parecendo que se trata, apenas, de uma manobra de oportunismo. Assim, está, este grupo disponível, para com os demais, que constituem esta assembleia, subscrever uma “Moção”, em nome único e apresentada por toda a assembleia”. –

António Lareiro disse que aceita todas as críticas e posições pois todos têm o direito

de dizer o que pensam, mesmo que sejam asneiras. Mas falar em hipocrisia e legitimidade, entende que, nesta assembleia, todos têm legitimidade para apresentar as suas propostas, os seus projetos e criticar o que está errado, assim como apoiar o que está certo, entendendo cada um na sua perspetiva. Na sua intervenção disse que acima de tudo está Armamar e desafiou a bancada PSD para que, na próxima sessão, apresente um “Moção”, no sentido de pressionarem o governo e alertar para o problema que está a afetar o concelho. Disse que não se importa que venha lá o símbolo do PSD pois terá o seu voto. Disse que na “Moção” que apresentou, da CDU, teve o cuidado de não colocar símbolos mas todas as propostas que chegam à mesa da assembleia têm de ter a identificação de quem as apresenta, por isso será uma “Moção” da assembleia. Mesmo que não fosse subscrita seria apoiada pela assembleia. Desafiou Márcio Morais e a sua bancada para que na próxima assembleia apresente uma Moção, no mesmo sentido, pois será votada, pela CDU, sem problema algum. Em relação à política não têm preconceitos e estão cá para apoiar tudo o que seja bom para concelho, venha de onde vier e é isso que continuarão a fazer, pois foi esse o compromisso que assumiram com o povo de Armamar. -----

Márcio Morais como disse na sua intervenção anterior se o senhor António Lareiro se sente, assim, tão à vontade aceite o desafio proposto de ser uma moção apresentada pela Assembleia Municipal porque como sabe o PSD ao longos dos últimos anos e desde que o Governo, do qual a CDU fazia parte e era a moleta, colocou a variante de Fontelo na gaveta. O PSD de Armamar, todos os anos reivindica esta obra e o próprio executivo quer que a obra avance. É transversal a todos que mais importante do que qualquer força partidária, é Armamar. Respeitam o desafio apresentado mas não andam a reboque da CDU, nem de ninguém, para apresentar moções. Se entendessem que fosse pertinente já o tinham feito. O grupo municipal da CDU está a ser intransigente. Pensa que a redação da “Moção” pode ter mais algum conteúdo, como o senhor António

Lareiro o disse. Voltou a lançar a sugestão de se retirar a “Moção” desta sessão e depois de reunirem em conferência de líderes, se apresente um documento de todos os grupos municipais, mais objetivo e que seja subscrito pela Assembleia Municipal. -----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal apelou para que se chegue a um objetivo, para terminar a discussão deste assunto, daquilo que se pretende com esta “Moção”. Se é uma “Moção” da Assembleia ou se é partidária. -----

António Lareiro referiu que na reunião de líderes foi bastante claro e referiu que se houvesse necessidade de fazer propostas de alteração as podiam fazer e tiveram estes dias para as apresentar. Também disse que a “Moção” seria da Assembleia Municipal e que estava aberta a ser subscrita por todos os grupos municipais. Se assim acontecer, é ótimo mas não sabe a vontade de cada um. Será uma proposta da Assembleia Municipal mas tem de ter um proponente. -----

O **presidente da Mesa da Assembleia Municipal** concedeu um intervalo de 5 minutos para os grupos municipais tomarem decisão quanto à subscrição da Moção. -----

Reiniciou os trabalhos dando conta que no Regimento estão previstos estes intervalos e é a falar que as pessoas se entendem. Depois desta breve reunião referiu que a Moção passa a ser “Moção apresentada e subscrita por todos os grupos municipais da Assembleia Municipal de Armamar, sobre a estrada de ligação da Vila de Armamar à A24”. Propôs, que para além de se enviar esta Moção às entidades solicitados, na mesma, que seja enviada, também, para o presidente das Infraestruturas de Portugal e para o Ministério das Infraestruturas da Habitação, pois julga que a par das entidades envolvidas em todo este processo constituirão uma mais-valia no sentido de reforçar o que se pretende junto do poder político nacional. -----

Deliberação: A Moção apresentada e subscrita pelos grupos municipais presentes, (PPD/PSD.CDS-PP, PNT e CDU) foi aprovada, por unanimidade. -----

8) Constituição da Comissão de alteração ao Regimento da Assembleia

Municipal -----

O **presidente da Mesa da Assembleia Municipal** referiu que este ponto surge por proposta da mesa, de modo a cumprir o Regimento, no artigo 77.º, relativo à alteração do regimento que no seu ponto 3.º diz “*é admitida qualquer proposta de alteração*”. A sua apreciação é feita por uma comissão expressamente criada para o efeito. Nesta perspetiva se existir alguma alteração legislativa já fica constituída esta comissão. Relativamente a este ponto foi decidido, por unanimidade, em conferência de representantes que esta comissão seria constituída pela Mesa da Assembleia e por um elemento de cada grupo municipal indicado por cada grupo. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, a constituição da Comissão, dela fazendo a Mesa da Assembleia Municipal e um representante de cada Grupo Municipal indicado pelo respetivo grupo. -----

O **presidente da câmara municipal** dado esta sessão de assembleia ser a última do ano, em seu nome pessoal e do executivo municipal, fez votos de um Santo Natal e Bom Ano de 2023 para todos. -----

O **presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, decorrido um ano de funcionamento desta assembleia, em seu nome pessoal e da Mesa manifestou o seu reconhecimento e gratidão pelo excelente contributo, empenho e colaboração de todos, sem exceção, membros da assembleia municipal, colaboradores do município, em especial a secretária, Sónia Santos, o departamento de informática e imagem que possibilitaram este avanço nas sessões, ao poder executivo, que tem contribuído para a dignificação desta casa da democracia como a casa da democracia local, que é esta assembleia municipal. Desejou a todos e a cada um dos residentes e visitantes do concelho de Armamar, votos de um Natal feliz e de um ano de 2023 repleto de saúde e dos maiores sucessos pessoais e profissionais e que seja um ano de todas as

concretizações. Que o espírito de Natal não seja apenas um dia, mas sim a vida toda. ----

Encerramento da reunião -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

2 - Forma de votação -----

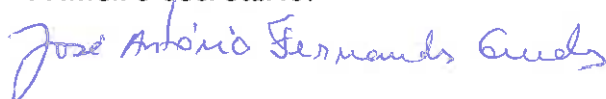
----- Todas as deliberações desta reunião foram votadas de forma nominal à exceção ponto 3), cuja votação foi feita por escrutínio secreto. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da assembleia municipal encerrada a sessão às dezanove horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente:



Primeiro secretário:



Segundo-secretário:

